

A vez do *eleito* *Presidencial* anticandidato

A campanha passou da metade no horário eleitoral e disparou na reta dos 23 dias finais até as urnas de 4 de outubro. Em mais 11 programas, divididos em dois horários, a oposição tem sua chance derradeira de inverter a tendência de voto para forçar a realização do segundo turno.

Prazo curto para a dimensão do desafio. Se as pesquisas deste final de semana, no máximo da próxima, consolidarem os índices ascendentes de Fernando Henrique, a reeleição do príncipe estará virtualmente garantida e só um terremoto aluira o pedestal da estátua encomendada com a obstinação que consumiu mais de dois terços do primeiro reinado.

Lula e sua equipe ensaiam o canto da virada, apostando o que resta do cacife no endurecimento do discurso, centrado na denúncia da responsabilidade pessoal do presidente pela fragilidade do país à fuga do capital especulativo e batendo firme no modelo neoliberal que nos deixou vulnerável para enfrentar a turbulência do mundo enlouquecido.

O que quer dizer que a mudança na mudança da campanha da oposição apenas retoca o discurso, mas insiste no mote.

Realmente, não há tempo nem temas para arriscar nova aposta. O que está feito não pode ser desmanchado e o jeito é teimar nos 21 dias de campanha, até o silêncio das últimas 48 horas de reflexão.

Mas, se Lula e seus estrategistas têm suas boas razões para manter o barco no rumo indicado pela crise que atinge o governo pelo viés da sangria diária de bilhões de dólares das nossas reservas e o inchaço da dívida interna com o aumento dos juros, alçado a níveis indecentes, o instante da campanha incita algumas especulações que aqui se colocam, com as cautelas recomendadas pela cota de imprevisibilidade do hospício da globalização.

O desempenho da oposição e seus fracos resultados até aqui registrados pelas diferentes pesquisas apontam para dois erros táticos que se cruzam nas difíceis opções em tempos de ansiedade e de pressa.

O primeiro deles, o de empurrar o debate para a crise, isto é, exatamente para o espaço onde o adversário melhor pode utilizar da vantagem da dupla condição de candidato no exercício da presidência.

Não foi a primeira e malsucedida tentativa de atrair o favorito para o lado errado do ringue. Na justa denúncia da onda de desemprego que bate recordes, Lula assistiu ao presidente carregar o candidato às costas e arrebatar-lhe a bandeira, transformada em bordão da sua campanha. Exatamente porque a reeleição, sem a ética exigência do afastamento do cargo, confere o insuperável privilégio de multiplicar os espaços na mídia e de responder às críticas da oposição com atos de governo, improvisados ao sabor das necessidades de campanha.

Repete-se o lance do carteadado com baralho marcado. Enquanto Lula tenta popularizar o tema complicado da crise, o presidente socorre o candidato, entupindo a mídia com medidas de emergência.

Ora, em tempos recentes de sufoco do arbítrio, a oposição abriu caminhos, ousando com criatividade e talento. Lembra-se? Na sucessão do presidente Médici, em 73, no negrume da censura e da violência, a oposição inventou a maneira de jogar a campanha na rua, lançando a chapa dos anticandidatos Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho. Realizou grandes comícios de faz-de-conta e, claro, foi esmagada no voto indireto do colégio eleitoral, de cócoras diante da farda.

Ernesto Geisel, o presidente eleito, tomou posse em 15 de março de 74. Na eleição direta seguinte, em 15 de novembro de 82, no governo do inesquecível presidente João Figueiredo, a oposição colheu os frutos de 73 e deu uma surra memorável no finado PDS. Elegeu 18 senadores contra 2 governistas; 200 deputados federais, inclusive 35 cassados, quase empatando com os 235 da enferrujada engenhoca oficial; 10 governadores, entre os quais os de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, contra os 12 do PSD, confinado ao Nordeste; ganhou em 83 nos 100 municípios mais populosos; teve 10 milhões de votos a mais que o PDS. E encomendou o enterro da Redentora.

Lula não soube ou não quis assumir a anticandidatura de protesto, denunciando a escandalosa manipulação do casuismo que favoreceu o candidato oficial com a reeleição no exercício da Presidência. E sustentando na campanha o tom veemente de denúncia política da discriminação que concede ao presidente-candidato todas as vantagens e facilidades do poder e confina a oposição no cubículo da derrota.